

BALANÇO PATRIMONIAL
ORQUESTRA JOVEM DAS GERAIS
CNPJ: 02.280.984/0001-37

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de **2023** **2022**

ORQUESTRA JOVEM DAS GERAIS
CNPJ: 02.280.984/0001-37

Folha 2

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em reais)

ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa	20	23	Empréstimos e financiamentos	79,794	79,794
Banco	1,188	264	Fornecedores	5,672	15,000
Aplicações financeiras	2,245,223	1,628,713	Obrigações trabalhistas	5,600	-
Adiantamentos Fornecedores	7,902	7,502	Obrigações fiscais e tributárias	8,708	6,839
Adiantamentos Salários	-	-	Provisões	8,765	-
Adiantamento de Férias	-	-	Convenios governamentais	3,118,560	1,406,620
Impostos/Contrib. a compensar	531	531	Outras	6,500	6,500
Outros	-	-	Total do passivo circulante	3,233,601	1,514,753
Convenios governamentais	1,283,708	-			
Total do ativo circulante	3,538,572	1,637,032	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
ATIVO NÃO CIRCULANTE			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Adiantamento a Compensar	-	-	Imobilizado com Recurso Restrito	273,302	248,036
	-	-	Total do passivo não circulante	273,302	248,036
IMOBILIZADO			RESULTADO DO PERÍODO		
Maquinas e Equipamentos	2,850	2,850	Superavit (Deficit) acumulado	130,159	(19,916)
Moveis e Utensilios	14,715	14,715	Superavit (Deficit) Período	174,624	150,075
Instrumentos Musicais	324,005	258,440		304,782	130,159
Sistemas de Alarme	3,100	3,100			
Veiculos	104,662	104,662			
Equipamentos de Informatica	29,823	19,812			
Depreciação Acumulada	(206,042)	(147,663)			
Total do Imobilizado/Intangível	273,113	255,916			
Total do ativo não circulante	273,113	255,916	Total do patrimônio líquido	304,782	130,159
TOTAL DO ATIVO	3,811,685	1,892,948	TOTAL DO PASSIVO	3,811,685	1,892,948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marli Assunção Silva
RG: MG-348.349
Presidente

Tânia Maria do Patrocínio Batista
CRC: MG-092539/O-5
Contador

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em reais)

	2023	2022
Resultado de Atividades com Recursos Próprios (Atividade Fim)		
Resultado com Atividades Assistenciais com Recursos Próprios		
Receitas de Atividades Assistenciais - Recurso Próprios-Sem Restrições	210,124	48,719
Doações Pessoas Físicas	30,139	37,371
Doações Pessoas Jurídicas	167,428	-
Serviços Prestados - Receita Própria	13,402	11,664
Deduções da Receita	(4,274)	(316)
Isenção de Tributos Receita Própria	3,429	-
Despesas de Atividades Assistenciais -Recurso Próprios-Sem Restrições - Gratuidades	32,176	31,741
Despesa com pessoal	3,996	-
Serviços prestados por terceiros	4,077	16,134
Materiais de consumo aplicados nos programas	24,103	15,607
Superávit ou Déficit Com Atividades Assistenciais - Recursos Próprios - Sem Restrições	177,948	16,977
Resultado de Atividades Assistenciais - Recursos Públicos - Com Restrições		
Receitas de Atividades Assistenciais - Recursos Públicos - Com Restrições	3,915,390	2,622,215
Parceiras Governamentais	3,911,831	4,301,879
Receita Financeira Recurso Restrito	3,559	-
(-) Devolução de Recurso Parceiras Governamentais	-	(1,679,663)
Despesas de Atividades Assistenciais - Recursos Públicos- Com restrições - Gratuidades	3,915,390	2,622,215
Despesa com Remunerações a Funcionários	66,967	197,334
Despesa Com Encargos Sociais e Benefícios	56,469	-
Serviços prestados por terceiros	2,635,311	2,272,956
Materiais de consumo aplicados nos programas	1,061,915	118,041
Despesa Financeira	44,419	-
Depreciação	50,310	33,883
Superávit ou Déficit Com Atividades Assistenciais - Recursos Públicos - Com Restrições	-	-
Superavit ou Déficit - Atividades Assistenciais	177,948	16,977
Resultado Financeiro		
Receita Financeira	4,032	150,463
Rendimento de Aplicações Financeiras	4,032	150,463
Despesas Financeiras	101	22,258
Despesas Bancárias	50	2,015
Juros e Multa	51	760
Imposto de Renda S/ Aplicação Financeira	1	18,513
IOF S/ Aplicação Financeira	-	970
Superávit ou Déficit Financeiro	3,931	128,205
Resultado Com Outras Atividades		
Resultado Com Atividades Patrimoniais		
Receita Com Atividades Patrimoniais	1,434	14,825
Descontos Obtidos	1,434	-
Recuperação de Despesas	-	14,825
Despesas Com Atividades Patrimoniais	8,689	9,932
Depreciação	8,069	9,932
Despesas Ressarcidas	620	-
Superávit ou Déficit Com Outras Atividades	(7,255)	4,893
Superávit ou Déficit do Exercício	174,624	150,075

As notas explicativas são partes integrantes desta demonstração

Marli Assunção Silva
RG: MG-348.349
Presidente

Tânia Maria do Patrocínio Batista
CRC: MG-092539/O-5
Contador

ORQUESTRA JOVEM DAS GERAIS
CNPJ: 02.280.984/0001-37

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais)

		<u>PATRIMONIO SOCIAL</u>	<u>RESERVA DE LUCROS</u>	<u>RESERVA DE DOACAO</u>	<u>SUPERAVIT (DEFICIT) ACUMULADO</u>	<u>TOTAL</u>
Saldos em 31 de dezembro de	2021	-	-	-	(19,916)	(19,916)
Superavit incorporado no patrimonio						-
Reserva de Lucros			-		-	-
Reserva de Doações				-		-
Superavit/Deficit do exercicio					150,075	150,075
Saldos em 31 de dezembro de	2022	-	-	-	130,159	130,159
Superavit incorporado no patrimonio						-
Reserva de Lucros			-		-	-
Reserva de Reavaliações						-
Reserva de Doacoes				-		-
Superavit/Deficit do exercicio					174,624	174,624
Saldos em 31 de dezembro de	2023	-	-	-	304,782	304,782

As notas explicativas são partes integrantes desta demonstração

Marli Assunção Silva
RG: MG-348.349
Presidente

Tânia Maria do Patrocínio Batista
CRC: MG-092539/O-5
Contador

ORQUESTRA JOVEM DAS GERAIS

Folha 5

CNPJ: 02.280.984/0001-37

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais)

	2023	2022
Atividades Operacionais		
Superavit/Déficit do exercício	174,624	150,075
Ajustes por:		
(+) Depreciação	58,378	43,815
Superávit Ajustado	233,002	193,890
Aumento (Diminuição nos Ativos Circulantes)		
Adiantamentos Fornecedores	(400)	-
Adiantamento de Férias	-	-
Impostos/Contrib. a compensar	-	-
Outros		(66)
Convenios governamentais	(1,283,708)	-
	(1,284,108)	(66)
Aumento (Diminuição nos Passivos Circulantes)		
Fornecedores	(9,328)	6,025
Obrigações trabalhistas	5,600	(8,791)
Obrigações fiscais e tributárias	1,870	109
Provisões	8,765	(3,931)
Convenios governamentais	1,711,939	31,985
Imobilizado com Recurso Restrito	25,266	117,401
	1,744,113	142,798
= Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	693,007	336,622
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao ativo permanente	(75,576)	(151,284)
Baixas Depreciações	-	-
Reavaliação	-	-
Recursos de terceiros para adição ao ativo permanente	-	-
= Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	(75,576)	(151,284)
Aumento (diminuição) de Caixa	(75,576)	(151,284)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais e de investimentos	617,431	185,338
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	617,431	185,338
Saldo de Caixa + Equivalente - início do exercício	1,628,999	1,443,661
Saldo de Caixa + Equivalente - final do exercício	2,246,431	1,628,999

As notas explicativas são partes integrantes desta demonstração

Marli Assunção Silva
RG: MG-348.349
Presidente

Tânia Maria do Patrocínio Batista
CRC: MG-092539/O-5
Contador

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

a. A entidade:

A Orquestra Jovem das Gerais é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, constituída na forma de educacional. Suas atividades tiveram início em 05/12/1997 regido por estatuto social e legislação aplicável. Reconhecida de utilidade pública em duas esferas do governo: Estadual, pela lei nº 16.112 de 11 de maio de 2006, e municipal pela lei Nº 3.204 de 28 de julho de 1999.

A Orquestra Jovem das Gerais é portadora do CNPJ: 02.280.984/0001-37, tem sua sede à Rua Dinamarca, 40, Loja 01, Glória, Congem, MG - 32.340-160 e não distribui lucros, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio a qualquer título de pretexto, aos seus membros de Diretoria e associados.

Todas as atividades são concedidas gratuitamente aos seus usuários.

A publicação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria.

b. Área de atuação

A Orquestra Jovem das Gerais é uma entidade Assistencia social, que atende a crianças e adolescentes. Atende de forma totalmente gratuita, educando para uma a cidadania, a liberdade, a vida plena.

b. Da manutenção

A Orquestra Jovem das Gerais tem como renda os convênios firmandos com órgãos públicos quando à execução de programas e projetos, direcionado ao atendimento de seu publico alvo, doações de pessoas físicas ou jurídicas.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), e com observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, caracterizadas qualitativamente em relação à informação contábil pela Resolução CFC No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Na elaboração das demonstrações contábeis foram atendidas as determinações da Lei Complementar 187 de 16/12/2021, Lei que norteia às ações das entidades de assistência social, da Resolução CFC No. 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002/12 a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros e dos pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Elas são apresentadas em moeda corrente do Brasil.

As demonstrações financeiras individuais por unidade e consolidadas da Entidade foram elaboradas com base no real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, e estão expressas sem os valores de centavos.

NOTA 3 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC No. 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A Orquestra Jovem das Gerais mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico integrado.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciam fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Orquestra Jovem das Gerais, e posteriormente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestidas das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A documentação é mantida em boa ordem.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

4.1. Ativo circulante

São apresentados por valores de custo e de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou pagamento dar-se-ão em período inferior a um ano.

4.2. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

De acordo com o que determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC – TG 03) – Demonstração de Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos a vista em conta bancária, bem como as aplicações financeiras de conversibilidade imediata de recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

4.3. Valores a receber de parcerias de voluntários a receber

Os valores a receber correspondem a parcelas remanescentes a serem pagas, originárias de termos de parcerias voluntárias celebradas com órgãos públicos. De acordo com a saúde financeira dos entes públicos, varia a certeza de recebimento desses valores. Caso não haja possibilidade de recebimento dos valores a receber apresentados, o ente público comunica com a administração e esta deixa de realizar as despesas correspondentes ao valor a ser recebido.

4.4. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e construção, deduzido a depreciação. Os bens são contabilizados como ativos individuais e separados, utilizando-se a vida útil específica desse bem. O bem substituído é baixado.

Em consonância com o item 57 do CPC 27, a Orquestra Jovem das Gerais define a vida útil de um ativo tangível de acordo com a sua utilidade para a entidade. Para tal, todos os bens móveis e imóveis foram avaliados em sua vida útil.

Para a **Instituição**, os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: edificações (25 anos); Máquinas e equipamentos (03 a 20 anos); Veículos (05 a 10 anos); Móveis e Utensílios (03 a 15 anos); Computadores e periféricos (03 a 05 anos); Aparelhos eletrônicos (03 a 05 anos). Os ganhos ou perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados como valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado período".

4.5. Passivo Circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco das transações.

4.6. Fornecedores

As contas a pagar registradas na rubrica "fornecedores da **Instituição** e dos Convênios Públicos" são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período até um ano. Elas não possuem o caráter de financiamento e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicados, dos correspondentes encargos.

4.7. Obrigações Trabalhistas

Obrigações trabalhistas são os deveres que as organizações têm com o governo, decorrentes da contratação de empregados. Dentro do sistema total das obrigações trabalhistas, existem demandas mensais, sazonais (que acontecem em meses/períodos específicos do ano), semestrais e anuais.

4.8. Obrigações Fiscais e Tributárias

Folha 9

Valores referentes a obrigações sociais são custos obrigatórios pagos mensalmente que representam um percentual sobre a folha de pagamento. A retenção de impostos e contribuições federais é uma maneira que o Governo Federal tem para antecipar uma parte dos valores que devem ser pagos pelas empresas. Esse sistema assegura que os impostos e contribuições federais serão recolhidos e está regulado pela Lei 10.833/2003, Lei 10.865/2004 e o Decreto 9.580/2018. As retenções municipais dependem de lei específica em cada município. Nas retenções de valores, a instituição atua simplesmente como responsável pelo recolhimento, não representando tal operação qualquer despesa para retentora.

4.9. Provisões

As provisões são reconhecidas como passivo e são consideradas obrigações presentes e que exigirá uma saída de recursos financeiros do caixa para liquidar a obrigação; Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Compõem-se nas provisões as de férias, de FGTS s/ férias, e de PIS s/ férias. Todas foram calculadas e contabilizadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

4.10. Saldo de parcerias voluntárias a prestar contas

Parcerias voluntárias são conjuntos de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em termos de cooperação (Inciso III do Art. 2º da Lei nº 13.019, de 31/07/2014, alterado pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015).

O saldo de parcerias voluntárias a prestar contas representa o que restou do valor recebido e a receber o ente público, menos o valor aplicado nos projetos que esses recursos foram destinados.

4.11. Reconhecimento de receita

Reconhece como receita as diversas doações recebidas por pessoa física e pessoa jurídica e parcela das parcerias celebradas juntamente com o poder público e com empresas privadas, sendo que também é lançado no resultado a despesas correspondentes.

As subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC 10.19 (Entidades Sem Finalidades de Lucros), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos.

Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

Não existem receitas auferidas oriundas dos beneficiários dos serviços prestados citados no item “1 - Contexto Operacional” destas notas explicativas.

A Orquestra Jovem das Gerais reconhece a receita quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a instituição;

c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O valor da receita não considerado como mensurável com segurança, somente é reconhecido como receita somente após a solução de todas as contingências.

4.11.1 Doações

A Orquestra Jovem das Gerais reconhece a receita de doações no momento que o recurso entra na sua conta bancária específica.

Há recebimento de doações pelo caixa. Todas as doações são recebidas mediante depósito ou boleto bancário. As doações de pessoas físicas e pessoas jurídicas são efetuadas a título de colaboração para custeio das atividades relacionadas a assistência social.

Nenhum usuário das atividades assistenciais paga pelos serviços recebidos.

No caso de doações recebidas para serem gastas no decorrer do exercício atual e do exercício seguinte, a contabilização se dá, ao receber o recurso, na conta de receita apropriar no passivo circulante. Na medida em que o recurso vai sendo gasto, apropria-se a receita de doação no mesmo valor do custo ou despesa.

4.11.2 Receitas de parcerias voluntárias

Essas receitas são reconhecidas no momento que em que são efetuadas as compras de materiais e contratação de serviços pelos recursos cuja autorização consta nos contratos e nos planos de trabalho de parcerias voluntárias celebradas e devidamente assinado pelas partes. A contabilização de recursos oriundos de parcerias voluntárias é baseada no que dispõe o item 12 da NBC ITG 2002/2012 que determina que essa deve ser feita de forma segregada.

4.11.3 Receita Financeira

Receita financeira é o nome dado a qualquer resultado positivo proveniente de juros, descontos ou variação cambial. Ou seja: não está atrelada diretamente ao operacional da organização. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Neste título, são incluídos os juros, descontos e atualização monetária oriundos de aplicações temporárias em títulos. Ressaltamos que os valores da receita financeira são acrescentados no plano de trabalho e são considerados valores a prestar conta.

4.11.4 Materiais de consumo aplicados nos programas

Representa o conjunto de despesas das operações continuadas da instituição, excluindo os gastos com pessoal. Essas despesas relacionam-se com as várias atividades gerais que beneficiam todas as fases da atividade fim ou do objeto social.

Compõem as despesas gerais os gastos com materiais de consumo, gêneros alimentícios, energia elétrica, telefonia.

4.12. Trabalhos voluntários

O trabalho voluntário é reconhecido pelo valor da prestação de serviços executados pelos voluntários, e é lançado no resultado como receita e despesas como se os serviços obrigados fossem ser pago. Incluem-se no trabalho voluntário, os serviços prestados pelos membros dos órgãos de governança da instituição. O valor do trabalho voluntário é calculado pelo valor da hora efetiva trabalhada. (Item 19 da NBC ITG 2002/2012).

5.1. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

A Orquestra Jovem das Gerais revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5.2. Taxa de vida útil do imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil do bem. Pretende-se em breve contratar uma empresa para elaborar um laudo contendo a nova vida útil dos bens do ativo imobilizado, e que se encontrará arquivado a disposição de quem se interessar, visando atender às exigências dos itens 51, 57 do CPC 27.

5.3. Provisões

A entidade constitui provisões de forma mensal dos encargos sociais exigidos pela legislação vigente, com objetivo de tornar transparente as suas obrigações juntos aos seus colaboradores. As provisões são reconhecidas quando: a cada mês a obrigação de pagar é surgida; quando a saída de recursos for constatada; quando o valor da obrigação pode ser estabelecido.

NOTA 06 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

6.1. Risco de Passivo Trabalhista, Tributários e Cíveis

A Orquestra Jovem das Gerais reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. Além da possibilidade de inadimplência dos entes públicos que são mantidas as parcerias voluntárias de acordo com Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações contidas na Lei Federal 1.204/2015.

Com relação a possível perda motivada pelas eventuais ações judiciais, avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

6.2. Risco de créditos

As atividades desenvolvidas pela Entidade, a expõe a diversos riscos de mercado e risco de liquidez. Apesar da responsabilidade de repasse integral dos recursos financeiros pela prefeitura Municipal de Betim e outros, serem garantidos nos termos de convênios celebrados, a geração de um passivo trabalhista através da gestão de empregados pode acarretar um risco de liquidez futuramente.

6.3. Risco de liquidez

Folha 12

A Orquestra Jovem das Gerais monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, conforme demonstrado abaixo:

Monitoramento de risco de liquidez	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Total de ativos circulantes	3,538,571.91	1,637,032.23
Total de passivos circulantes	(3,233,600.50)	(1,514,753.35)
Total de recursos circulantes líquidos	- 1.09	- 1.08

Pode-se notar que os recursos no ativo circulante quase igualam ao valor contido passivo circulante. A razão essa quase igualdade é devida ao valor a prestar contas convênios ser condicionado aos recebimentos das parcelas das parcerias voluntárias a receber. Caso não haja o devido recebimento, não há o que falar sobre a prestação de contas. Salienta-se que a administração está ciente que o compromisso com despesas somente dar-se-á com entrada de recursos da parceria no caixa da instituição.

6.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes serão revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias.

Após essa avaliação dos ativos da Orquestra Jovem das Gerais poderá chegar à conclusão de quais dos seus ativos poderão sofrer perda por redução de valor recuperável. Redução a Valor Recuperável de Ativos não Financeiros.

NOTAS 07 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem, basicamente, aos depósitos bancários à vista devidamente comprovados. As posições de caixa, bancos e aplicação financeira, em 31 de dezembro, estavam assim representadas:

Caixa e Bancos	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	20	23
Bancos C/Movimento – Recursos Livres	1,188	264
Bancos C/ Movimento – Recursos Restritos	-	-
	<u>1,208</u>	<u>287</u>
Aplicação Financeira	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aplicações de Liquidez Imediata – Recursos Livre:	179,521	127
Aplicações de Liquidez Imediata – Recursos Restr	2,065,702	1,628,586
	<u>2,245,223</u>	<u>1,628,713</u>
Total Caixa e equivalentes de caixa	<u>2,246,431</u>	<u>1,628,999</u>

NOTAS 08 - RECURSOS DE PARCERIA VOLUNTÁRIA A RECEBER– Resolução do CFC No. 1305/10 –

Os valores a receber de convênios e parcerias com entidades públicas segue um cronograma de desembolso estabelecido de acordo com o plano de trabalho. Cada parcela repassada mensalmente deverá ser depositada em conta bancária específica de instituição financeira oficial do ente público.

Para esses valores a receber, não há necessidade de provisionar valores pelo não recebimento, visto que o número de parcelas estabelecidas pelo plano de trabalho é exigência legal de acordo com art. 48 da Lei 13.019/2014.

Quando houver evidências de irregularidade na aplicação da parcela anteriormente repassa e recebida; ou quando for constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento; ou quando a organização deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o ente publico pode reter as parcelas vincendas contidas no plano de trabalho conforme dispõe os incisos I, II, III do art. 48 da Lei 13.019/2014.

A seguir estão demonstrados os saldos de valores a receber de parcerias voluntárias celebradas.

8.1. Valores a receber no exercício seguinte

São recursos que serão repassados a partir de 01 de janeiro a 31 de dezembro seguinte. São valores a receber considerados a curto prazo.

8.2. Valores a receber após o exercício seguinte

São recursos que serão repassados a partir de 01 de janeiro após o exercício seguinte. São valores a receber considerados a longo prazo.

8.3. A seguir passa-se a demonstrar os valores a receber de parcerias voluntárias a curto e a longo prazos:

Projetos	2023		2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Lei Rouanet	901,271.79	-	-	-
FMDCA Prefeitura Ibirite - Harmonia	206,870.42			
CMDCA FIA - Musica e Cidadania Ibirite	175,566.15	-	-	-
Total	1,283,708	-	-	-

NOTA 09 – ADIANTAMENTOS

No decorrer do exercício, foram efetuados diversos adiantamentos a colaboradores da entidade. Os valores são explicitados no quadro abaixo:

	2023	2022
Adiantamentos Fornecedores	7,902	7,502
Total	7,902	7,502

NOTAS 10 - IMOBILIZADO

Folha

14

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de Depreciação ao ano %	2022	Adições	Baixas	2023
Maquinas e Equipamentos	10%	2,850	-	-	2,850
Moveis e Utensilios	10%	14,715	-	-	14,715
Instrumentos Musicais	10%	258,440	65,565	-	324,005
Sistemas de Alarme	10%	3,100	-	-	3,100
Veiculos	25%	104,662	-	-	104,662
Equipamentos de Informatica	20%	19,812	10,011	-	29,823
		403,579	75,576	-	479,155
Depreciação acumulada		(147,663)		-	(206,042)
		255,916	75,576	-	273,113

NOTAS 11 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTA

São obrigações com salários de funcionários em dezembro de 2023 para ser quitado no mês de janeiro de 2024:

	2023	2022
Salários e ordenados	5,600	-
Total	5,600	-

NOTAS 12 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Saldo obrigações com FGTS, PIS e INSS descontados de funcionários e encargos retidos de notas de serviços, em dezembro de 2023 para ser quitado no mês de janeiro de 2024:

	2023	2022
INSS	2,305	-
FGTS	717	-
IRRF s/ Folha	630	-
Pis s/ Folha	114	-
ISSQN Retido de terceiros	3,009	3,430
IRRF Retido de terceiros	599	1,703
Pis, Cofins e CSLL Retido de terceiros	1,334	1,706
Total	8,708	6,839

NOTAS 13 - PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Orquestra Jovem das Gerais fez a provisão de encargos dentro do que exige a legislação vigente. Esta provisão expressa dentro da realidade os valores a pagar a todos os funcionários.

Esta provisão expressa dentro da realidade os valores a pagar a todos os funcionários e aos órgãos competentes, conforme apresentado no quadro abaixo:

	2023	2022
Provisão de férias	6,517	-
Provisão FGTS sobre férias	521	-
Provisão PIS s/ Férias	65	-
Provisão INSS Patronal s/ Férias	1,662	-
Total	8,765	-

Folha

15

NOTAS 14 - PARCERIAS VOLUNTÁRIAS A PRESTAR CONTAS

Cumprindo a determinação da NBC ITG 2002 pelo seu item 12, a Entidade, segregou os futuros gastos com parcerias voluntárias a curto prazo, de forma permitir a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais.

	2023	2022
Lei Rouanet	2,022,117	-
CMDCA FIA - Musica e Cidadania Ibirite	210,574	-
Pronac - Leo Rouanet	-	1,134,636
FMDCA Ibirite/Harmonia	85,869	271,984
FIA Estadual	800,000	-
Total	3,118,560	1,406,620

NOTAS 15 - IMOBILIZADO COM RECURSO RESTRITO

Os saldos correspondem aos custos de aquisição de ativos imobilizados vinculados a Termos de convênios, sendo utilizados nas atividades da Entidade, mensurados no passivo em consonância aos preceitos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, e especificamente ao CPC07 (R1) subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pelo conselho Federal de contabilidade, através da NBC TG 07 (R1), que trata da aquisição de bens duráveis com recurso de assistência governamental, com contrapartida a ser prestada pelo agente beneficiado.

Valor referente a entrada em caixa de um valor que será apropriado como receitas na medida que a despesa for realizada

	2023	2022
Equipamentos de Informatica Recurso Restrito	11,892	4,863
Móveis Recurso Restrito	2,373	2,738
Instrumentos Musicais Recurso Restrito	206,707	161,939
Veiculo Recurso Restrito	52,331	78,497
Total	273,302	248,036

Os saldos diferidos são reconhecidos em despesas de acordo com a apropriação dos encargos correspondentes de depreciação sobre os itens patrimoniais adquiridos, em consonância às normas e práticas contábeis adotadas no País.

NOTAS 16 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescidos dos valores dos Superávits ou Déficits dos exercícios. Em 2022, o Patrimônio Líquido apresentou-se positivo no valor de R\$ 130.158,72. Em 2023, apresentou-se também positivo no valor de R\$ 304.782,49.

NOTAS 17 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO PERÍODO

Folha 16

A demonstração de resultado do período foi elaborada conforme os ditames da Lei No. 12.101/09, e do item 24 NBC ITG 2002, as quais determina que as receitas e despesas devem ser apresentadas de forma segregadas. As receitas auferidas são provenientes, na sua maioria, de Contribuições de Doações de simpatizantes, de Parcerias com os Setores Público e Privados, 2ª via da Nota Fiscal, de recibos emitidos juntamente com os respectivos comprovantes de depósitos. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências legais-fiscais.

NOTAS 18 - RESULTADO DO PERÍODO

O resultado do exercício de 2022 foi superavit em R\$ 150.075,21 e foi incorporado ao Patrimônio Social mediante autorização da Assembleia Geral.

Em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC No. 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002/2012 em especial item 14, que revogou a Resolução do CFC No. 877 NBC 10.19 que descreve que o superávit ou déficit deve ser registrado na conta patrimônio social.

No exercício de 2023, houve superávit no valor de R\$ 174.623,77 que possibilitou o aumento do valor do patrimônio líquido, de R\$ 130.158,72, em 2023, para R\$ 304.782,49.

NOTAS 19 - DOAÇÕES RECEBIDAS DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

A Orquestra Jovem das Gerais recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas. Estas são previstas no seu Estatuto Social, e estão em conformidade com item 9 da Resolução 1.409/12 do CFC, e são demonstradas abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Doações Pessoas Físicas	30,139	37,371
Doações Pessoas Jurídicas	167,428	-
Total	<u>197,567</u>	<u>37,371</u>

Todas as doações recebidas são efetuadas por parceiros que acreditam no trabalho desenvolvido pela Orquestra Jovem das Gerais.

Não havendo nenhuma contrapartida dos diversos beneficiários dos serviços prestados.

NOTAS 20 - RECURSOS ORIUNDOS DE PARCERIAS VOLUNTÁRIAS – RESOLUÇÃO DO CFC No. 1.409/12 (NBC ITG 2002/2012)

A Orquestra Jovem das Gerais celebrou Parcerias Voluntárias, recebendo em 2023 R\$ 3.911.831. Os recursos provenientes de parcerias voluntárias firmados com esses órgãos governamentais, tem como objetivo principal operacionalizar projeto e atividades pré-determinadas. Constantemente, a Entidade, presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos parceiros, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. As parcerias celebradas estão de acordo com o estatuto social e as despesas de acordo com suas finalidades.

A contabilização de recursos das parcerias voluntárias está de acordo com itens 10, 12, 13 e 17 da NBC ITG 2002/2012 aprovada pela Resolução No. 1.409/12 – ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.

A Associação de Entidade recebeu os seguintes valores no decorrer nos exercícios 2023 e 2022 referentes as parcerias voluntárias, conforme de termos de parcerias, assinados entre as partes.

	2023	2022
FIA - Fundo da Infancia e Adolescencia	379,186	874,187
FMDCA Ibirite/Harmonia	1,515,105	671,700
Lei Rouanet	2,017,540	2,755,992
(-) Devolução de Recurso Parcerias Governamen	-	(1,679,663)
Total	3,911,831	2,622,215

NOTA 21 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC

A Demonstração de Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC No. 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução do CFC 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O método na elaboração do Fluxo de Caixa que esta instituição optou foi o INDIRETO.

NOTA 22 – FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS

A Entidade no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formaliza em cada Projeto pelos seus objetivos; origem de recursos; infraestrutura; tipificando os serviços executados conforme Resolução do CNAS 109/09 e Decreto No. 6.308/07; público-alvo; capacidade de atendimento, recursos financeiros utilizados, recursos humanos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários nas estratégias que serão utilizados para esta participação nas etapas de elaboração, avaliação e monitoramento do projeto.

NOTA 23 – APLICAÇÃO DE RECURSOS

A atividade preponderante da Orquestra Jovem das Gerais é a Assistencial. Todos os gastos são considerados de assistencia social.

Todos os serviços prestados aos beneficiários pela Orquestra Jovem das Gerais são gratuitos. Os recursos recebidos são provenientes de convênios celebrados com pessoas jurídicas e doações voluntárias de associados e de simpatizantes.

Recursos Aplicados diretamente em Gratuidades – Recursos Livres	2023	2022
Assistencia Social		
Despesa com pessoal	3,996	-
Serviços prestados por terceiros	4,077	16,134
Materiais de consumo aplicados nos pro	24,103	15,607
Total	32,176	31,741

Recursos Aplicados diretamente em		
Gratuidades – Recursos Restritos	2023	2022
Assistencia Social		
Despesa com Remunerações a Funcionários	66,967	197,334
Despesa Com Encargos Sociais e Benefícios	56,469	-
Serviços prestados por terceiros	2,635,311	2,272,956
Materiais de consumo aplicados nos projetos	1,061,915	118,041
Despesa Financeira	44,419	-
Total	3,865,080	2,588,332
TOTAL DE GRATUIDADES	3,897,256	2,620,073

Os benefícios concedidos em gratuidades de educação representam as despesas enfrentadas para a finalidade do estatuto social da Orquestra Jovem das Gerais em prol de crianças em situação de vulnerabilidade social, atendidos.

Em 2022, o total de aplicações em Gratuidade de recursos livres foi no valor de R\$ 31.741,37 e Gratuidade de recursos restritos foi de R\$ 2.588.331,94, totalizando as GRATUIDES diretas em 2022 no valor de R\$ 2.620.073,31.

Em 2023, o total de aplicações em Gratuidade de recursos livres foi no valor de R\$ 32.175,86 e Gratuidade de recursos restritos foi de R\$ 3.865.080,48, totalizando as GRATUIDES diretas em 2023 no valor de R\$ 3.897.256,34.

Esses recursos foram aplicados para atender o público alvo. Neste ano foi ofertada 100% da capacidade do programa. O programa esta em conformidade com a Lei 12.101/09, pois todo atendimento realizado foram 100% gratuitos.

NOTA 24 – COBERTURA DE SEGUROS

A Orquestra Jovem das Gerais, não promoveu, em 2023 a contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, para atender assim, o Princípio Contábil de Continuidade.

NOTA 25 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

A Orquestra Jovem das Gerais, desde sua fundação, conta com a participação de voluntários, responsáveis durante todos os anos de atuação, por muita dedicação e esforço, que propiciaram a melhoria na gestão, nos processos, nas atividades educacionais e de lazer.

NOTA 26 – LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

A Instituição é dirigida por uma diretoria e exerce um mandato que teve início em 13/03/2023 e findara em 13/03/2027, cuja comprovação consta na da Assembleia Geral realizada no dia 13/03/2023 e registrada em Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Contagem/MG sob a Averbação No. 6002, Livro A, Matricula 21803, em 30/03/2023.

NOTA 27 – CONTRATO DE ALIENACAO

O caixa e equivalentes de caixa e o imobilizado não estão comprometidos com obrigações ou contrato de alienação.

A Instituição é imune de incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea C e seu paragrafo 4º. E art. 195, Inciso III, paragrafo 7º. da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, Lei 9.532 07, Lei 12.101 09 e Decreto 7,237 10. Mas, está condicionado ao cumprimento de exigências legais e a apresentação de Declaração de Informações Econômica Fiscais de Pessoa Jurídica.

Para manutenção de tais benefícios, a Orquestra Jovem das Gerais cumpre rigorosamente às exigências do Artigo 14 do Código Tributário Nacional, que são:

- a) Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- b) Não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;
- c) Manutenção da escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 29 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

A Entidade, sociedade civil, sem fins lucrativos, de natureza Assistencial e filantrópica, detentora da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - (CEBAS) e para usufruir da IMUNIDADE determinada pelos arts. 3º. e 5º. da Lei Complementar 187 de 16/12/2021, cumpre os seguintes requisitos:

- Não percebam seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais
- Não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal;
- Mantem sua escrituração contábil regular que registra as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor;
- Conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.

NOTA 30 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Entidade estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação, ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado

Durante o exercício de 2023 a Entidade não realizou operações com derivativos.

Contagem, 31 de Dezembro de 2023

"Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."

"Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas refletem a documentação que me foi entregue, que são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."

Marli Assunção Silva
RG: MG-348.349
Presidente

Tânia Maria do Patrocínio Batista
CRC: MG-092539/O-5
Contador